



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

HISTÓRICO DA RETOMADA DA TERRA INDÍGENA SÊGU (NOVO XINGU)

Gelcimar Amantino

Florianópolis, 2020.

Gelcimar Amantino

HISTÓRICO DA RETOMADA DA TERRA INDÍGENA SÊGU (NOVO XINGU)

Artigo apresentado para obtenção de grau do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Terminalidade Conhecimento Ambiental, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Licenciado, sob orientação da Profa. Ma. Silvia Maria de Oliveira.

Florianópolis, 2020.

Gelcimar Amantino

HISTÓRICO DA RETOMADA DA TERRA INDÍGENA SÊGU (NOVO XINGU)

Este Artigo de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciado” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do sul da Mata Atlântica

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2020.

Prof. Dra. Evelyn Martina S. Zea
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Silvia Maria de Oliveira
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Maria Dorothea Post Darella
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Jozileia Daniza Jagso Inacio Schild
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA
MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às 8h horas, na Sala 110 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor Orientador Silvia Maria Oliveira Presidente, Professor M. Dorothea Post Darelle, Membro da Banca, e Professora Jozileia D. J. I. Schild Membro da Banca, designados pela Portaria nº 34/2020/HST/CFH, do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Gelcimar Amanhino subordinado ao título: “Histórico da Retomada e a Vida Kaingang no Acampamento Novo Xingu”.
Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor a Maria Dorothea P. Darelle, a nota final 10, do Professor Jozileia Daniza J. I. Schild, a nota final 10, e do Professor Silvia Maria de Oliveira, a nota final; sendo aprovado com a nota final 10.
O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital (PDF e Word) à Secretaria do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, até o dia 02 de março de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Silvia Maria Oliveira

Prof. M. Dorothea Post Darelle

Prof. Jozileia Daniza J. I. Schild

Candidato Gelcimar Amanhino

A banca recomenda a mudança de título do trabalho para Histórico da retomada da Terra Indígena Sêgu (Novo Xingu)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA
MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às 8h horas, na Sala 110 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor Orientador Silvia Maria Oliveira Presidente, Professor M. Dorothea Post Darelle, Membro da Banca, e Professora Jozileia D. J. I. Schild Membro da Banca, designados pela Portaria nº 34/2020/HST/CFH, do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Gelcimar Amanhino subordinado ao título: “Histórico da Retomada e a Vida Kaingang no Acampamento Novo Xingu”.
Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor a Maria Dorothea P. Darelle, a nota final 10, do Professor Jozileia Daniza J. I. Schild, a nota final 10, e do Professor Silvia Maria de Oliveira, a nota final; sendo aprovado com a nota final 10.
O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital (PDF e Word) à Secretaria do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, até o dia 02 de março de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Silvia Maria Oliveira

Prof. M. Dorothea Post Darelle

Prof. Jozileia Daniza J. I. Schild

Candidato Gelcimar Amanhino

A banca recomenda a mudança de título do trabalho para Histórico da retomada da Terra Indígena SÊgu (Novo Xingu)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amantino, Gelcimar
HISTÓRICO DA RETOMADA DA TERRA INDÍGENA SÊGU (NOVO
XINGU) / Gelcimar Amantino ; orientador, Silvia Maria de
Oliveira, 2020.
25 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura Intercultural
Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata
Atlântica. 2. Acampamento. 3. Território Kaingang. 4. T.I.
Novo Xingu. I. de Oliveira, Silvia Maria. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Licenciatura Intercultural
Indígena do Sul da Mata Atlântica. III. Título.

HISTÓRICO DA RETOMADA DA TERRA INDÍGENA SÊGU (NOVO XINGU)

Gelcimar Amantino

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma visão parcial sobre a experiência vivida juntamente com as famílias no acampamento kaingang na Terra Indígena Sêgu (Novo Xingu), Rio Grande do Sul. Trata-se de uma narrativa sobre o movimento de retomada de território kaingang e sobre a luta cotidiana das famílias que lá vivem. Relato também problemas sociais, políticas internas e externas que envolvem o acampamento, bem como as circunstâncias enfrentadas e as expectativas das famílias quanto à reconquista de seu território. Isso, a partir do que pude presenciar e acompanhar durante o processo de retomada dessa terra indígena, que se encontra, atualmente, em estágio de identificação e delimitação.

Palavras-chave: Acampamento. Território Kaingang. T.I. Novo Xingu.

To kāmén ve

Vēnh rānrāj tag vỹ tỹ, isỹ inh kanhkã ag mré tĩ ja ěn tu ke nĩ, ki isóg sa nēnũ veja, kar isỹ nēnũ ki kanhrān jé ěn kāmén mũ, kanhgág ag vāre tá Sēngu, Rio Grande do Sul. Vāme tag vỹ tỹ, ag tỹ ag ga kunũnh sór, kar ag kurẽ kar mũ ver vāsānsān fã ěn tu ke nĩgé. Kar tóg nēnũ jagy kāmén mũ gé, kanhgág ag ga kãki ke, kar fóg ag, politicas ti ser. Isỹ tugnỹm mỹr nēnũ jagy tag vỹ ser, kanhgág ag tỹ ag ga tu vāsānsān kar tu vāsỹrinhréh mỹr ser ag mỹ kókén ti gé ser, ag vāre Sēngu tá. Ũri kanhgág ag ga tag vỹ uver ěg tỹ ki kagtĩg nĩ ver, ti tỹ ta ag tũ ti.

Vēnhrán-tar: Vāre; Kanhgág ag Ga; Sēgu tãg.

Pesquisa apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como pré-requisito para a obtenção do título de licenciado no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, sob a orientação da Professora Ma. Silvia Maria de Oliveira, em fevereiro de 2020.

Introdução

Desde os meus cinco anos de idade, venho presenciando fatos que envolvem os meus parentes em processos de retomada de territórios kaingang. Então, observando as movimentações dos meus parentes desde aquela época, eu ficava admirando a organização que eles possuíam para executar tamanha missão de defender e retomar o seu território.

Presenciei fatos, como por exemplo, quando vi e ouvi os meus tios e primos se articularem para fazer a retomada da Terra Indígena (T.I.) Chimbanguê (1986), em Santa Catarina. Ainda me lembro de quando o meu tio, o kanhgág Nelson Vaz, e o meu primo mais velho, o kanhgág Adilor, que com outros líderes da época, começaram a se organizar durante a noite para que, de madrugada, pudessem sair com o grupo e surpreender os colonos que haviam invadido a Terra Indígena Chimbanguê e como assim o fizeram.

Outro fato, que me marcou e me instigou a participar de lutas pela retomada de territórios Kaingang, foi quando parentes kanhgág foram fazer a retomada de uma parte do território da T.I. Nonoai, denominada de quarta seção, no município de Planalto, além de outro pedaço chamado de Vãnvãn sí (Taquaraçulzinho). Foram para lá apenas os adultos, mas eu iria logo depois com outra turma. Mesmo piá, eu estava lá igual. E ainda pude acompanhar o discurso, para todos os Kaingang ali presentes, do grande líder Augusto da Silva. Esse parente tinha muita experiência em retomadas de terras kaingang.

Também pude obter aprendizagem, em 1999, dos parentes que foram fazer a retomada da T.I. Mug (Imbu) em Santa Catarina, a qual está aguardando parecer do Supremo Tribunal Federal - STF. Assim, eu já vinha adquirindo experiência nas retomadas que aconteciam em outras terras. Mesmo que ainda piá, nessa época, vinha sempre, de algum modo, acompanhando a luta dos parentes Kaingang pela conquista de seus territórios.

No entanto, um tempo depois, o pessoal da aldeia Sede, mais conhecida por Posto Indígena Nonoai, local onde eu e minha família morávamos, a comunidade da T.I., fazia a retomada. Pude presenciar os parentes, convocados pelo cacique da T.I. Nonoai, para se organizarem. Nessa época, lá pelos anos de 1990, o kanhgág Amândio Vergueiro, junto com uma turma de parentes, foram numa caçamba velha. em altas horas da madrugada, montar acampamento em uma das aldeias da Serrinha, para dar

início à retomada pela demarcação da T. I. Serrinha, que se encontrava invadida por colonos. Nessa luta, destaco a importantíssima participação do kanhgág Mantino Portela, que foi um dos grandes líderes responsáveis por essa conquista.

Mais tarde, por volta de 1996, é que, então, eu faria uma participação mais direta: quando aconteceu a retomada da Granja Dallasta, que fazia parte do território kaingang, desmembrado em 1964, da T.I. Nonoai, por uma reintegração de posse dada aos irmãos Dallasta. Essa parte possuía em torno de 1.500 hectares e estava nas mãos de proprietários não indígenas. Atualmente, depois de reconquistada pelos Kaingang, em 1996, vem sendo questionada na Justiça Federal, que, recentemente, deu posse da área ao fazendeiro Ademar Dallasta. Assim, essa parte da T.I. Nonoai está sendo questionada no STF.

Também atuei na defesa do território kaingang, porque eu já era adulto, com 18 anos e, estava trabalhando como professor, iniciando a dar aulas no próprio acampamento, juntamente com uma professora que era fóg (não indígena). Isso devido ao fato de que a retomada envolvia toda a comunidade da T.I. Nonoai.

Portanto, com as experiências coletadas no caminho, pude ter uma noção de como as famílias viviam em acampamento, e que esse movimento envolvia não só as famílias kaingang, como também funcionários que prestavam serviço para a comunidade. Numa época em que houve grandes manifestações dos Kaingang em defesa de seus territórios, tais fatos me fizeram adquirir novos conhecimentos que, mais tarde, viriam a somar na luta pela retomada da T.I. Sêgu (Novo Xingu).

Breve apresentação

Chamo-me Gelcimar Amantino, sou da etnia Kaingáng, de marca tribal kamê, que é o rá téj (marca comprida). Sou filho de Lourenço Amantino e de Martina Kagmû Lopes Amantino, oriundos da T.I. Nonoai. Sou casado com Nilva Carvalho, filha de Irmo Carvalho e de Fátima Bento, ambos de origem da T.I. Guarita. Tenho quatro filhos, sendo que a mais velha, Hanriely Siwê Amantino, com 19 anos, é filha do primeiro casamento, e os outros três filhos são junto com a minha atual mulher: o Pedro Henrique Nêro, o Arthur Jarenh e o João Lucas Kêtên. Também tenho cinco irmãos: Gerson Mákág, Juliano Mûkág, Jozias Jagnî, Gilson Gakóg e Girlene Nênká.

Moro, atualmente, no acampamento kaingang de Re Kuju (Campo do Meio), que fica localizado no município de Gentil, ao norte do Rio Grande do Sul. No

momento presente, lá, vivem 35 famílias que integram o acampamento e que, em sua maioria, são originárias da T.I. Guarita.

Essa retomada da T.I. de Campo do Meio está em aguardo de composição de Grupo Técnico - GT, a fim de que essa terra indígena possa ser estudada e identificada. A comunidade de Campo do Meio aguarda pela identificação dessa terra.

Nasci no estado do Paraná, na T.I de Palmas, em 1978, mas fui registrado pelos meus pais na cidade de Nonoai e, como se diz, vivi e cresci na T.I. Nonoai, no Rio Grande do Sul, desde o ano de 1980. A minha família morou na aldeia Bananeiras, em 1983, por pouquíssimo tempo, como também na aldeia Vila Alegre, em 1984. Tivemos muitas idas e vindas, morando em várias terras indígenas.

Na T.I. Votouro, desde 1985, vivemos por sete anos e retornamos à T.I. Nonoai. Nessas andanças, também passamos uma semana na T.I. Xapecózinho, em Santa Catarina, no ano de 1993, mas não dando certo, retornamos novamente para a T.I. Nonoai, na aldeia Sede, também chamada Posto.

A aldeia Posto leva esse nome desde os tempos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, quando os chefes faziam o atendimento administrativo para toda a terra indígena apenas nessa aldeia, onde moramos até maio de 2002.

Depois, residimos na comunidade da linha Capinzal, na T.I. Serrinha, onde moramos por três anos e, diante de divergências políticas internas nessa Terra Indígena, minha família decidiu entrar na luta pela retomada da T.I. Novo Xingu. Minha família permanece lá até hoje, juntamente, com outras famílias na luta pela sua demarcação.

A vida no Acampamento Kaingang Novo Xingu

Atualmente, o acampamento Kaingang de Novo Xingu fica localizado nos limites do município de Constantina, ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na comunidade denominada de linha Encruzilhada.

No acampamento de Novo Xingu vivem 35 famílias, totalizando 135 kanhgág, sendo 100 pessoas adultas e 35 crianças. Constantemente, o número de famílias se altera, com idas e vindas, como, por exemplo, quando 16 famílias vieram da T.I. Xapecózinho (SC) para integrar o grupo acampado, mas permaneceram por pouquíssimo tempo e logo foram embora, regressando para a sua T.I. de origem.

Na organização social do acampamento, a comunidade tem como cacique o Kanhgág Lourenço Amantino e, como vice, o Kanhgág Gerson Amantino, que é filho

do cacique. Ao corpo de lideranças da comunidade integram ainda um capitão, o kanhgág Gakóg Amantino, e um conselheiro, o kanhgág Joacir Vitorino, além de outras lideranças, que entram e saem e que exercem funções menores.

A comunidade do acampamento vem, desde o final de 2005, na luta pela demarcação do território pleiteado, buscando o reconhecimento da história de seus antepassados que habitaram esse lugar.

Há de se entender que retomada de um território, significa dizer que é quando um povo, uma etnia, busca reconquistar, reaver aquilo que lhe é de direito: um território que outrora foi de seus antepassados. Esse território foi invadido, colonizado e esse povo sofreu com a expropriação da sua terra e da sua cultura ao longo do tempo. Com essa invasão, no caso, pelos fóg (não indígenas) ao território Kaingang - território onde os ancestrais enterraram os seus umbigos e onde os espíritos desses antepassados se conectam chamando os seus parentes de volta para ocupar esse lugar novamente.

Segundo o conhecimento dos kófa (anciões) do acampamento Novo Xingu, essa terra é dos parentes ligados diretamente às famílias que se encontram ali acampadas. Uma terra que foi habitada pelos avós, tios e demais parentes que, antigamente, viviam na região, mais precisamente, no lugar conhecido como escolinha - espaço em que se localizava uma pequena escola desativada pelo município.

Conforme contam os kófa do acampamento, entre 13 e 16 famílias residiam ali, formando uma pequena comunidade. Eram famílias como: Vergueiro, Moreira, da Silva, Fortes, Pedroso, entre outras, oriundas de diferentes lugares, tais como: T.I. Pénhkár (Rio da Várzea), T.I. Palmas (PR), T.I. Nonoai e T.I. Guarita (RS).

Também, de acordo com os kófa, há provas incontestáveis da passagem desses antepassados por esse lugar, como, por exemplo: o cemitério; uma testemunha fóg, já de bastante idade, que conta ter convivido com os Kaingang dali, e também, que alguns indígenas trabalhavam, por dia, para os colonos fóg; além de uma kanhgág que morreu atropelada junto à rodovia, perto de onde o grupo estava acampado. Tais afirmações são fatos históricos do transcurso dos Kaingang por esse local.

No acampamento, a vida não é fácil. Essa experiência de retomada do território de antepassado se deu no final em 2005, mais precisamente, no mês de novembro daquele ano.

Em meio a esse tempo, o grupo se improvisou. Os principais envolvidos trocaram ideias e verificaram algumas condições mais urgentes para a entrada, lá na terra que julgavam ser de seus avós, além de outros parentes que faziam parte do grupo

para a retomada. Depois de se organizarem, isso em pouco tempo, partiram junto com famílias kaingang que viriam de outros lugares, como: da T.I. Nonoai, da T.I. Serrinha e da T.I. Guarita.

Saíram todos em torno das três horas da madrugada, com carros velhos que serviram para transportar o grupo. O primeiro a ser levado, em uma Brasília velha, foi o kanhgág Rêton Pedroso, que ficou encarregado de fazer o reconhecimento do lugar exato para montar o acampamento e que também faria o fogo e iria ajeitando o local. Passaram a madrugada toda levando uns e outros.

Em torno de 40 famílias, naquele amanhecer, estavam quase todas com os seus barracos em lona, armados e prontos, com o acampamento em pé, já à vista dos moradores não indígenas, naquele pequeno espaço. O grupo já se encontrava em prontidão, a fim de mostrar o porquê estavam ali naquele lugar, naquele momento.

No primeiro dia, as famílias procuraram se arranjar cada uma mudando o seu barraco para outro lugar próximo, apesar de que o espaço era apertado, a fim de espalhar mais os barracos. Algumas até levaram os seus barracos para perto da rodovia RS 500, para poderem fazer, mostrar e vender os seus artesanatos.

Alguns Kaingang fizeram até um campinho de futebol improvisado, perto de um açude, onde as mulheres iam lavar roupas. Também tinha outros parentes que já saíram para procurar serviço, de modo a poder trazer algum mantimento para a família.

Os líderes, em uma roda de conversa, mostravam preocupação quanto ao que dar de comida para o pessoal. Uma ideia aqui e outra ali, até que uma kanhgág se prontificou, de urgência, a conseguir o que comer para as famílias que já estavam ali no acampamento.

Então, essa kanhgág, Kagmû Lopes Amantino, junto com seu marido, Lourenço Amantino, foram, na mesma Brasília velha, buscar comida para o pessoal na cidade de Três Palmeiras, em torno de 40 km do lugar do acampamento. Foram nesta manhã do primeiro dia, e lá pela tarde, já estavam de volta com bastante comida que haviam conseguido.

O pessoal ficou alegre de ter mantimentos, de ter o que comer e, assim, poder se organizar melhor para dar continuidade à luta. Mesmo com essa situação, o grupo não poderia ficar parado. O líder Nîré motivava, dizendo que cabia a cada pessoa do grupo ir atrás das condições de sustento para a sua família, preocupando-se por causa das crianças.

Para procurar por serviço, iam de dois ou três, nunca sozinhos. Quando arrumavam, já buscavam arranjar para uns quantos poderem trabalhar. Ajeitavam o serviço e o faziam juntos, para dar o retorno às famílias acampadas o quanto antes. Graças à experiência e ao conhecimento dos kófa é que o grupo tinha entrosamento e uma noção de como conversar com os fóg, principalmente, os daquele lugar, onde esses kanhgág já haviam trocado ideia com esses não indígenas. Assim, ficava mais tranquilo circular pela redondeza. Por outro lado, existiam colonos que não gostavam da presença dos Kaingang por ali.

Passados já alguns dias, os kanhgág, em grupo, iam pescar no rio Sarandi - que é um rio grande, mas que, já naquela época, dava pouco peixe. Mesmo assim, os Kaingang pescavam, mas somente os adultos. Iniciavam em um trecho mais para cima do rio e desciam até onde começava a aparecer o outro rio, chamado Pénhkár (Rio da Várzea).

Nesse ponto, os kanhgág que estavam pescando recolhiam os seus anzóis e subiam de volta, rio acima, retornando ao acampamento. Chegavam com os ganchos carregados de peixe. Dentre os peixes que pescavam, havia: jundiá, carpa, joaninha, saicá e cará. Logo pela manhã, procuravam dividir os peixes entre cada família, que o preparava da melhor forma possível. Algumas famílias fritavam os peixes para comer com o êmî mrêj (bolo da cinza), outras os misturavam ao farính totor (farinha torrada), enquanto umas cozinhavam-nos, deixando o caldo para comer com o êmî, outras os faziam no almoço, comendo-os com as demais misturas.

Havia momentos em que as crianças iam fazer flechas com os kofá, por ali mesmo, isso porque eles já tinham extraído o material certo para fazer essas flechas. Os jovens somente iam para o mato junto com o pai ou um adulto, atrás de material para suas mães ou irmãs confeccionarem o artesanato.

Ao longo do dia, as mulheres juntamente com seus companheiros, perto do asfalto, faziam artesanatos, especialmente, cestos e peneiras, com o plano de vender aos colonos da região.

Com pessoas Kaingang trabalhando para alguns colonos, não faltavam mantimentos. Teve o dia em que os kanhgág mais espertos foram em turma trabalhar para um não indígena que dizia que apoiava o movimento de retomada e que ele ajudaria no que fosse possível.

Tal colono era uma pessoa influente, com estabelecimentos na cidade, mas com supostos terrenos que ficavam dentro da terra que os Kaingang estavam retomando.

Esse colono arrumou serviços para os parentes fazerem em uma área ali perto, inclusive, num grande potreiro. Os parentes foram ali trabalhar em troca de mantimentos para o acampamento.

Esse fôg pagou pelos serviços em dinheiro para cada um dos que trabalharam, e ainda trouxe dois porcos grandes e gordos. O fôg disse que um porco era pelo serviço e o outro seria para o acampamento.

Esse homem ajudou, não só dando serviço para os kanhgág naqueles dias, como também auxiliava com informações de vestígios dos antepassados que habitaram naquele lugar, o que ajudaria a comprovar o pedido de identificação e delimitação da terra junto à Fundação Nacional do Índio - Funai.

No acampamento, alguns kanhgág saíam para caçar tatu à noite ali por perto, porque havia partes de lavoura em que dava para ver muitos fuçados de tatu, como também de quati e de porco-do-mato. Aí, eles iam caçar nesses lugares.

Em direção à linha Zachia, tinha uma pequena ilha no rio Sarandi, na qual os kanhgág avistaram capivaras, mas não conseguiram caçá-las, porque elas escaparam. O cacique Nîré dizia que gostava mais da gordura do bicho, que era boa para os machucados.

Um dia, quatro kanhgág kyrû (jovens) saíram, fugidos de seus pais, a fim de caçar, isso ainda lá na linha São Paulo. Por volta de 4 km de distância do acampamento, esses kyrû deram de encontro com uns fôg, que fizeram ameaças, dizendo que, ali, não era terra de índio e que os piás deveriam se arrancar da frente deles. Os kyrû regressaram para o acampamento e contaram o acontecido para os seus pais e para o cacique. Imediatamente, o cacique procurou fazer uma reunião de urgência para tratar sobre a questão da segurança das famílias do acampamento.

Então, as lideranças, inclusive o cacique, reuniram todo o grupo, pedindo para as famílias cuidarem umas das outras e que, por essas ameaças feitas aos piás, já precisavam começar a se prevenir, diante de um possível perigo para todo o acampamento. Mesmo assim, aquele colono que conhecia a causa que o grupo Kaingang estava reivindicando, continuava a visitar o acampamento, trazendo algum mantimento e até tomando chimarrão com os kanhgág.

Houve noites em que um não índio vinha assustar o grupo nas altas horas da madrugada, dando tiros por cima dos barracos. Felizmente, nada de grave aconteceu com ninguém. Por outro lado, os kaingang se revezavam durante à noite para fazerem guarda, ficavam vigiando para que nenhum desinformado ou algum colono contrário ao

movimento indígena viesse a oferecer perigo ao grupo, e para que nada atingisse as famílias do acampamento.

Na verdade, o espaço que o pessoal estava ocupando era cedido pelo colono apoiador da retomada. Nessa época, apesar do seu consentimento, ele foi pressionado por alguns colonos do município para que intervisse com liminar sobre o espaço em que o grupo estava acampado. Esse não índio, muito tempo antes, ainda na organização da entrada para fazer a retomada, havia oferecido o próprio terreno perto de sua casa, permitindo que o grupo montasse acampamento em sua suposta propriedade. Em contrapartida, queria ser priorizado em uma futura indenização, quando saísse a demarcação. E não só ele havia feito essa fala, como também a família toda, seus irmãos e irmãs, que moram nessa localidade do Xingu Alto.

Passaram-se uns catorze dias até que esse colono se viu obrigado, diante das ameaças que vinha sofrendo de colonos contrários à causa indígena, a ele próprio pedir a liminar de reintegração de posse junto à justiça sobre o espaço do acampamento kaingang.

No entanto, eles souberam, por meio de outros colonos, que, em determinado dia, a justiça viria comunicar o grupo. Nesse meio tempo, o cacique reuniu a todos para discutirem e encontrarem uma saída à provável liminar.

Na reunião, o grupo sugeriu aos líderes e ao cacique que fossem cobrar os seus direitos diretamente na Funai. Assim, montaram uma comissão e foram a Passo Fundo para uma reunião. Esses líderes foram ouvidos e a Funai se comprometeu a acompanhar e agilizar o processo de reivindicação.

Ao retornar para o acampamento, o cacique reuniu as famílias para contar sobre o que foi resolvido na Funai. As coisas ainda eram preocupantes, porque a Funai não tinha verba e nem pessoal para fazer o estudo da área reivindicada. Caso a justiça viesse a interpor algum tipo de liminar, teriam que mudar de local, mas isso somente quando a justiça os intimasse com a liminar de desocupação.

Depois de uns dois dias, após as lideranças voltarem da reunião com a Funai, um oficial de justiça trouxe a intimação que ordenava que o grupo deveria deixar o local dentro de 24 horas. Então, como já haviam decidido com o cacique, a partir daquele momento, as famílias começaram a desmanchar os seus barracos. Iam pegando os seus pertences, seus utensílios, suas roupas e faziam trouxas enormes para cada qual carregar durante o trajeto para o outro espaço.

O grupo, determinado em seguir na luta, esperou o anoitecer para fazer a mudança. Logo, o novo acampamento foi montado próximo às margens da rodovia RS 500, distante, mais ou menos, 5 km do antigo acampamento e perto da ponte sobre o Rio Xingu, nos limites do município de Constantina.

As famílias acamparam dentro de um capão de mato bem junto ao rio. Nesse local, precisaram se reorganizar novamente devido ao espaço muito apertado. Em grupos de três ou quatro, os kanhgág iam pelas redondezas procurar serviço em troca de alimentos para o sustento das famílias. Alguns conseguiram trabalhar em criadouros de porcos para frigoríficos, e outros, em olarias e até em uma marcenaria próxima ao acampamento.

Já os líderes, junto com o cacique Níré, entraram em contato, por telefone, com a Funai para que providenciasse os mantimentos que o acampamento precisava, assim como lona para estruturar melhor os barracos. Entretanto, o atendimento prestado pela Funai não era suficiente para que as famílias se sentissem bem, pois era pouca a quantidade fornecida de alimentos necessários para que as famílias pudessem resistir e suportar a falta de condições desse novo acampamento.

Além disso, o grupo continuou a ser ameaçado, inclusive, alguns não índios deram tiros ao redor do acampamento, com o objetivo de amedrontar o grupo.

Nesse acampamento, não existia espaço para as crianças brincarem. Além do que era perigosíssimo, devido ao movimento de veículos na rodovia, mas também por estar próximo à margem do Rio Xingu. As crianças eram as que mais sofriam pelas condições enfrentadas naquele momento.

A rodovia RS-500 que liga, em parte, o município de Constantina a Sarandi e a Frederico Westphalen, é movimentada, por isso as mães precisavam ficar em alerta, bastante atentas para com seus filhos e com todas as crianças do acampamento.

Havia também crianças que acompanhavam os seus pais ou irmãos mais velhos, para procurar ka kanê (frutas) e tirar o êgóro (folhas do mato) para fazer a alimentação do dia. Outras crianças, juntamente com os adultos do acampamento, iam buscar taquara para fazer artesanato e lenha para fazer o fogo para o preparo da alimentação do grupo. Desde os acampamentos anteriores, todos comiam juntos. A comida era feita em um panelão, chamado tacho, e todos participavam.

O acampamento recebeu apoio de uma entidade, o Conselho de Missão entre Povos Indígenas – Comin, um recurso pequeno, mas, com ele, os líderes compraram

alimentos e necessidades, como: sabão, lonas, utensílios e azeite, de uso comum entre as famílias para a utilização em lampiões à noite.

As famílias enfrentavam dificuldades em relação ao espaço em que estavam acampadas, por ser muito pequeno, minúsculo. Mesmo assim, resistiam, permanecendo juntas ali, aguardando os encaminhamentos da Funai para que fosse agilizado um outro local. Apesar de espremidas, as famílias tinham esperanças de conseguir um lugar melhor, que comportasse a todos.

No entanto, novamente, aconteceu que o grupo teve que desocupar esse espaço, sendo, outra vez, intimado para comparecer na audiência. Então, a equipe de lideranças, com o seu cacique, foi esperançosa a essa audiência de conciliação, mas foi obrigada a aceitar o acordo, devendo ir para outra T.I. e aguardar o prosseguimento do processo demarcatório.

Na volta ao acampamento, o líder Nîré anunciou, para o restante do grupo, a proposta de retornarem para a T. I. Serrinha, mas com algumas garantias. Nessa reunião, a maioria não concordou com a proposta apresentada e queria uma solução em que o grupo permanecesse em definitivo em seu território. De qualquer forma, as famílias respeitaram a decisão que o cacique já havia tomado e, de modo geral, concordam em se retirar daquele espaço.

Porém, com a divergência entre as famílias quanto à proposta, algumas, por conta própria, acharam melhor fazer parte de outra comunidade dali mesmo, da T.I. Serrinha. Já as demais famílias, no caso, a maioria, foram para a linha Santa Maria, também na T. I. Serrinha.

Então, adultos e crianças, de novo, começaram a se ajeitar, juntar suas coisas, desmontar os barracos. Foram transportados por veículos definidos na proposta: um ônibus que levaria as pessoas junto com as crianças e um caminhão grande, que transportaria todos os pertences das famílias para o novo acampamento localizado na T.I. Serrinha.

Trinta e cinco famílias acompanharam o seu líder, João Isaías Nîré, e montaram acampamento no local chamado linha Santa Maria, na T.I. Serrinha. Já as outras cinco famílias, que foram contrárias à decisão de seus líderes e já desanimadas da luta, acharam melhor fazer parte da comunidade da linha Capinzal, também na T.I. Serrinha.

Essa mudança, praticamente, desmanchou o grupo, fazendo com que as famílias ficassem distantes umas das outras. Para as famílias que foram para a linha Santa Maria a situação ficou um pouco melhor, porque ficaram alojadas em casas desocupadas, em

um salão e em uma igreja desativados. Nesse lugar, também havia pedaços maiores de terra, com capoeiras, o que favorecia as famílias, pois puderam, através do roçado ou lavrado, preparar a terra para o cultivo de alguns tipos de sementes e contribuir no seu sustento. Cultivaram milho, abóbora, melancia e houve parentes que fizeram hortas.

Esse novo lugar, na aldeia Santa Maria, era totalmente diferente do acampamento anterior, lá do município de Novo Xingu. O local oferecia um espaço maior e mais tranquilo para as pessoas circularem na comunidade. As famílias encontraram melhores condições de sobrevivência e resistência, para aguardar o tempo que levaria a reivindicação da sua terra. Em outras palavras, as famílias encontraram suporte para resistir às dificuldades que viessem a surgir ao longo de sua luta.

Nessa aldeia, as pessoas igualmente podiam usufruir do atendimento de saúde, juntamente com a população das aldeias ali próximas. As famílias receberam atenção de saúde médica e odontológica, assim como na agricultura. Também tiveram liberdade de se estruturar melhor nesse espaço da T.I., pois as famílias acampadas naquele setor eram consideradas pelas lideranças da T.I. da Serrinha e pelo cacique da comunidade, seu Antônio Míg, como parte das famílias que residiam em definitivo nesse lugar. Eram consideradas iguais ao restante da comunidade desta terra indígena, embora, na verdade, esse local fosse apenas uma passagem que faziam durante a sua trajetória pela reconquista do seu território.

A juventude do acampamento podia passear, se divertir, estudar, tanto na linha Capinzal, na Bela Vista, na Boa Esperança, quanto nas outras aldeias próximas. As famílias também tinham mais liberdade para o convívio entre o parentesco. Contando já com um espaço maior, podiam pescar nos rios, colher frutas e, com mais mata ao redor, até melhorava o convívio entre os adultos e as crianças que podiam brincar mais tranquilas, como também buscar lenha ou material para a confecção do artesanato.

As famílias perceberam que as condições encontradas na T.I. da Serrinha eram bem diferentes em relação às condições vividas no antigo acampamento no Novo Xingu. Os filhos das famílias frequentavam seus estudos ali mesmo nas escolas das aldeias e nas escolas da cidade do município de Engenho Velho, saindo do acampamento para estudar ali nas proximidades. Muitas crianças utilizavam o transporte escolar que as levava às escolas das aldeias e à da cidade, por parte do município.

Na Terra Indígena da Serrinha, as famílias acampadas receberam, de modo geral, uma atenção especial, por conta de estarem lutando pela retomada de seu território. Por

esse motivo, a população da Serrinha apoiava muito a luta e a resistência desse grupo de acampados.

No entanto, havia ainda as cinco famílias que passaram a residir na aldeia linha Capinzal, também pertencente à Terra Indígena Serrinha, e que continuavam desgostosos com a decisão.

Essas famílias também tinham um tratamento igual ao dos moradores locais dessa comunidade tanto na saúde e na educação, quanto na agricultura. Por decisão própria, permaneceram no aguardo de retornarem com o restante do grupo para a terra por qual estavam lutando pela demarcação.

Mais tarde, o grupo maior, que se encontrava acampado na linha Santa Maria, por causa da distância, terminou se afastando, distanciando-se dos vínculos que mantinha com as pessoas que ficaram residindo na linha Capinzal. O grupo menor acabou ficando retirado das discussões, dos encaminhamentos que eram tomados pelo grupo maior em relação à demarcação da T.I Novo Xingu.

Portanto, o grupo menor, das cinco famílias, acabou ficando isolado do grupo maior, isso quer dizer que o grupo maior é quem tomava as iniciativas para o melhor andamento do movimento de retomada.

Um ano se passou e, diante das desavenças, divergências que ocorreram no grupo maior, acampado na linha Santa Maria, as famílias revoltaram-se contra o seu líder da época, João Isaías Nîré, que já não vinha correspondendo às expectativas do grupo para a retomada de seu território.

Diante da lentidão dos encaminhamentos sobre a terra, o grupo maior resolveu, através de suas lideranças, mas sem o consentimento do cacique de então, ir ao encontro do grupo menor, a fim de tratar sobre o que fariam mediante as circunstâncias do processo que se encontrava parado, sob a liderança do líder João Isaías Nîré, com quem estavam desapontados. As pessoas que representavam as famílias do grupo maior discutiram a possibilidade do grupo todo se unir novamente, pois no pensar desses membros, estava sendo encaminhada, pelo seu líder atual ao cacique Antônio Mîg, da Serrinha, a possível permanência do grupo em definitivo na T.I. da Serrinha.

Com a possibilidade de unificação, o grupo maior e o grupo menor decidiram, depois de muito diálogo, afastar o então líder João Isaías Nîré da frente dos encaminhamentos e do movimento de retomada. A partir desse ocorrido, decidiram por apoiar e colocar um novo líder que saiu do grupo menor. Daquele dia em diante, o kanhgág Nokanh Amantino passou a liderar o grupo pela retomada da T.I. Novo Xingu.

No entanto, o ex-líder João Isaías Nîré acabou se afastando, por causa da decisão tomada pelo grupo e também porque seria liderado por um jovem cacique que teria a função de organizar e unificar o grupo, que havia se separado por circunstâncias contrárias à vontade das famílias que faziam parte do movimento de retomada.

Com essa mudança, o grupo estaria reiniciando uma nova etapa da sua luta pela retomada do território indígena no município de Novo Xingu. A nova equipe de liderança do atual cacique tratou de providenciar as condições para o grupo retornar ao território que reivindicavam. Seguiram articulando ideias sobre como, onde e quando montar outro acampamento na terra reivindicada, a começar pelo transporte, alimentos, lonas, tudo por conta própria das famílias. No entanto, isso não transcorria conforme desejavam, ou seja, o mais breve possível.

O surgimento de dúvidas e desconfiças, de lado a lado, fez com que o grupo menor resolvesse rumar na frente do grupo da linha Santa Maria para a terra em retomada. Esse grupo menor ideou partir para a terra o quanto antes e montar acampamento, mas antes disso, o grupo menor já mandou uns parentes fazerem o reconhecimento lá do espaço onde seria montado o acampamento. Com as suas próprias condições, juntaram suas coisas e, de madrugada, com ajuda de parentes, em carros pequenos, montaram um novo acampamento. Foram nove famílias, no máximo, um número bem inferior ao das famílias que haviam iniciado a luta.

O grupo acampou em um terreno municipal, onde se encontrava uma escolinha desativada, desocupada. Liderado pelo cacique Nokanh, o grupo alojou-se dentro dessa escolinha, mesmo com estrutura bem pequena e em condições precárias.

Esse terreno, supostamente do município, oferecia espaço suficiente para que as famílias pudessem montar seus barracos separados, um do lado do outro, por serem ainda poucas famílias. Dentro da escolinha, era bem apertado para comportar todas as famílias, cabendo apenas uma ou duas. Então, as demais tiveram que montar os seus barracos por fora, ao redor da escolinha, nos limites desse espaço.

Passada quase uma semana nesse local, o cacique Nokanh vinha mantendo contato com aquelas famílias que haviam ficado lá no acampamento da linha Santa Maria e, nesse contato, o líder já garantia que buscaria o restante do grupo, o grupo maior, mas, em meio às tratativas, no dia seguinte, veio outra liminar em que o município de Novo Xingu pedia a reintegração de posse sobre o local. Novamente, o grupo sofreu esse tipo de situação e foi intimado. Os líderes do acampamento deveriam

comparecer a uma audiência de conciliação, que seria realizada na comarca de Constantina.

Antes disso, o grupo entrou com pedido, junto ao Ministério Público Federal de Passo Fundo, a fim de que tal audiência fosse realizada com a presença das autoridades do município envolvido na questão da retomada. Essa ideia deu certo, as lideranças e o cacique Nokanh foram, com o acompanhamento do procurador do Ministério Público Federal, nessa audiência que aconteceria perante os representantes do poder público municipal.

O restante do grupo ficou aguardando, com grandes esperanças de que suas expectativas fossem atendidas e, nessa conciliação, que os representantes do município entendessem sua reivindicação e permitissem ao grupo permanecer nesse local, tendo a chance de se reafirmar no seu território. Mesmo que o cotidiano dessas famílias fosse bem sofrido, pois não tinham água potável disponível e as condições de conseguir alimentos e de atendimento à saúde eram muito precárias e difíceis.

Para as famílias, a situação de acampamento era sofrida, porque ao redor, havia somente plantações, com pequenos capões de mato que ficavam longe. Como esse lugar era dominado pelos colonos, era um risco à segurança das pessoas do grupo percorrer terrenos particulares para conseguir lenha, alimento e atendimento às necessidades de saúde. As famílias tinham que andar cerca de 9 km para ir até a cidade mais próxima, Constantina, que possuía bastante convivência com os indígenas que vinham da T.I. da Serrinha.

Então as famílias iam atrás de mantimentos e, principalmente, do atendimento à saúde, tanto para os adultos, quanto para as crianças. Porém, esse lugar foi mais difícil porque os não indígenas já sabiam que os Kaingang vinham reivindicando a demarcação desse território. Por outro lado, o grupo se sentia muito mais esperançoso, porque se encontrava acampado bem na região onde, segundo o conhecimento dos kófa, havia sido de ocupação tradicional. Um dos fatos contados pelos kófa é que, entre 1932 e 1942, mais ou menos, houve umas das últimas saídas de famílias que habitavam nesse lugar, na região da dita escolinha.

Segundo os kofá, devido ao avanço dos não índios sobre aquele espaço, com a expulsão da comunidade kaingang, as famílias se dispersaram, foram para a T.I. Pénhkár, para a T.I. da Serrinha, para a T.I. Guarita e para a T.I. Nonoai. Diante desse relato histórico e de situações vividas é que o grupo ficava esperançoso, contando com a

compreensão dos representantes do município, mas não houve entendimento na audiência de conciliação, lá na prefeitura de Novo Xingu.

Ao retornar para o acampamento, a comissão e o líder transmitiram para o grupo o que foi decidido em audiência. Mesmo tendo os seus direitos argumentados pelo procurador do MPF aos representantes do município, mas desconsiderados pelas autoridades não indígenas, eles deveriam retornar lá para a T.I. Serrinha, para continuarem à espera de uma solução do governo em relação à demarcação do seu território, coisa que o grupo não apoiou.

Não acatando tal encaminhamento determinado pelo poder público, o grupo então decidiu resistir, tentar de alguma forma permanecer no lugar. Com determinação, o grupo fez nova mudança de local do acampamento, mas antes disso, o líder Nokanh contactou o grupo maior que havia permanecido na T.I. Serrinha, na aldeia de Santa Maria, para que se preparasse para se somar na resistência contra a liminar. Assim, o líder Nokanh foi buscar o grupo, pagando um ônibus para fazer o seu transporte.

Naquela noite, o grupo menor já foi se movimentando, os adultos e as crianças ajeitaram suas coisas: utensílios, lonas, roupas e mantimentos, encorajados com a situação e felizes, pois o grupo se tornaria um só novamente, unindo-se em prol de uma circunstância necessária e, mesmo enfrentando o fato de terem que deslocar o acampamento, percorreu uma distância de mais ou menos 5 km a pé, determinados a continuarem a luta. Naquela mesma noite, os dois grupos se uniram outra vez, formando um novo acampamento.

Os Kaingang, então, montaram um novo acampamento na localidade conhecida como linha São Paulo, também próximo da rodovia RS 500, ao lado de um capão de mato. Assim, o grupo ficou maior, com um número ampliado de pessoas dispostas a resistir, com o plano de permanecer nos limites do município de Novo Xingu. Acampados ali, na beirada do asfalto, viram-se em situação precária novamente, para todos os fins de necessidade.

Nesse acampamento, permaneceram também por pouco tempo, porque nem demorou muito para que sofressem outra liminar, só que dessa vez, uma liminar com interdito proibitório, ou seja, já não poderiam adotar a mesma estratégia de sempre, de mudar-se simplesmente para outro local, a fim de evitar a desocupação forçada. Em meio à notificação da desocupação, reuniram-se para ver o que fazer nessa hora e decidiram se arriscar, fazendo um novo deslocamento para ocupar outro local.

Algumas lideranças com o seu líder Nokanh, embora preocupadas, foram à procura e encontraram um local ali próximo, e que era perto de um dos primeiros acampamentos que o grupo havia montado. Logo então, novamente, o grupo teve que se ajustar para fazer outra mudança às pressas, porque se tratava de interdito do município em relação ao movimento pela retomada, não era para ocupar nenhum outro espaço, sob pena de o grupo ser retirado, por força policial, de uma próxima ocupação, essa seria a ordem da justiça.

Encorajados, os kanhgág não temeram as ameaças da justiça e trataram de executar nova mudança. Tanto que as famílias começaram a se deslocar para a linha Encruzilhada, questão de uns 3 km dali, onde haveriam de constatar nessa localidade uma escola desativada e abandonada. O grupo entrou nesse espaço, para montar um novo acampamento, mesmo havendo muitos colonos que ficavam na observação, negaceando o grupo que, em pleno dia, estava se deslocando a pé, um atrás do outro. Os adultos levavam as coisas mais pesadas e as mulheres levavam e acompanhavam os seus filhos pequenos, mesmo que todos estivessem correndo perigo diante de um possível enfrentamento entre as pessoas do movimento de luta por demarcação e os colonos.

O grupo então ocupou e montou acampamento nessa escola, não por muito tempo, porque um colono contrário ao movimento informou aos outros colonos o que estava ali acontecendo: que os kaingang já tinham ocupado aquele espaço que, segundo esse colono, era um local de propriedade comunitária.

Não dando nem um dia nesse acampamento, o grupo já foi ameaçado pelos colonos, colocando-se em alerta, junto das mulheres, a fim de proteger as crianças. Diante da aproximação de colonos, estava ali um princípio de conflito, mas logo em seguida, tanto a polícia com viaturas, quanto os representantes da justiça da comarca de Constantina apareceram, trazendo mais uma intimação para o movimento e para o líder do acampamento.

Em meio àquela tensão com os colonos, que se iniciou no instante em que o grupo se instalou nesse local, todas as mulheres fizeram a frente no encarar os colonos, já as crianças foram afastadas, retiradas dali e colocadas atrás do grupo. Os colonos chegaram ao local, a fim de enfrentamento, pois vieram armados de facões, foices e armas de fogo, mas o grupo já estava preparado para um possível conflito.

Os principais líderes junto com o cacique Nokanh gritavam alto e forte: “Nân ga vâ” (donos da mata). Neste momento, os kaingang se colocaram a postos contra os

colonos, encarando o perigo. Nisso, já com a presença da justiça, intervieram entre os dois lados, colonos e grupo dos Kaingang, o oficial de justiça com o comandante da equipe da Brigada Militar, anunciando que estavam ali para intermediar uma conciliação e manter a ordem, e para que o grupo indígena se retirasse de modo pacífico, atendendo à ordem de interdito proibitório, expedida anteriormente pela justiça de Constantina.

Em questão de mais ou menos 30 minutos de conversa, entre os principais líderes e as autoridades não indígenas, chegaram ao acordo de saírem do local e atender ao mandado da justiça. No acordo, os representantes do município envolvido forneceram ao grupo um ônibus e um caminhão para o transporte para outro lugar.

O grupo se dispôs, conforme o acordo, mas exigiu da justiça que fossem levadas, de ônibus e caçamba, todas as famílias, com seus pertences, para a Funai de Passo Fundo, para que o grupo fosse atendido pelo administrador na tentativa de resolução do fato.

Segundo a ideia dos líderes e do cacique Nokanh, era para o grupo ocupar a Funai, mas isso não deu certo, porque desde antes, tanto o pessoal da justiça quanto o próprio pessoal da Funai já vinham monitorando a movimentação do grupo no trajeto para onde estavam indo.

Então, com a Funai já informada do fato, o administrador resolveu ir ao encontro do grupo em outro lugar providenciado. Em seu trajeto, o grupo foi parado pela polícia da rodovia e orientado a seguir para outra direção. O grupo não gostou de tal mudança, mesmo assim seguiu, pois seria atendido pelo administrador da Funai.

O grupo chegou nesse lugar que era fora da cidade de Passo Fundo, exatamente no pátio da arquidiocese, onde foram recebidos pelo administrador da Funai. Nesse momento, sem formalidade nenhuma, os líderes começaram o diálogo com o administrador, expondo a circunstância pela qual estavam passando e alegando os seus direitos. Cobraram o comprometimento do administrador na reivindicação e para que se fizesse logo a demarcação de seu território no município de Novo Xingu.

Passado um longo tempo de diálogo, os líderes solicitaram ao administrador outro lugar, onde pudessem aguardar os estudos de sua terra. O administrador apresentou a proposta de que o grupo voltasse para a T.I. da Serrinha, tendo em vista que, conforme a fala do administrador, o cacique da Serrinha estava se dispondo a recebê-los novamente, oferecendo-lhes um outro local. O grupo concordou,

porque não gostava muito do lugar onde estava anteriormente na Serrinha e porque o grupo entendeu que, na aldeia oferecida, as condições de acesso seriam melhores.

Nesse tempo, todos já se encontravam aflitos, preocupados e ansiosos, inclusive as crianças e as mulheres, com a questão de para onde iriam. Assim, resolveram seguir a ideia de retornar para a T.I da Serrinha, mais especificamente, para a aldeia chamada linha Baixada. Conforme a proposta da Funai, com o acordo da T.I. Serrinha e do líder Nokanh, o grupo ficaria residindo acampado, aguardando o estudo e a identificação de sua terra.

Assim, o grupo acampou em um lugar de amplo espaço, todos reunidos no mesmo lugar. Um grupo de famílias se alojou na igreja que estava abandonada, sem uso. Já as demais famílias, cerca de 25, se alojaram no salão também desativado e que as comportou na medida do possível. Isso ainda não era o ideal para o grupo, mas havia ali melhores condições para suportar o tempo de espera pela demarcação da T.I. Novo Xingu.

Na aldeia onde se encontravam agora acampadas, as famílias se sentiam mais à vontade, porque tanto os adultos quanto as crianças recebiam atendimento médico e odontológico do pessoal de saúde da T.I. Serrinha, na aldeia sede do Alto Recreio. O grupo era atendido como qualquer membro da comunidade, sem exceção, porque a que a Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, responsável pelo atendimento da saúde do índio, fez o comunicado, tanto para a equipe de saúde quanto para o cacique, que fosse prestado atendimento normal para o grupo do acampamento.

Nessa aldeia, adultos, jovens e crianças contavam com um amplo espaço disponível, onde tinha até um campo de futebol, sentindo-se bem à vontade. Perto dali, corria uma sanga onde as crianças iam nadar com seus pais, e contavam com um espaço onde podiam brincar, se entreter, passear e pescar. As mulheres do acampamento podiam lavar roupas no rio, mais tranquilas, sem estar correndo perigo, mesmo tendo que andar um pouco. Os kanhgág do acampamento iam também praticar a pesca na barragem, que fazia parte da T.I. Serrinha, mesmo que um pouco longe do acampamento.

Quanto à atividade artesanal, os kanhgág iam buscar material, para a confecção do artesanato, no mato ou nos capões de mato ali próximos, também livres do perigo com colonos. As crianças frequentavam a escola da aldeia sede do Alto Recreio, deslocando-se de transporte, e tinham esses momentos, tanto no acampamento quanto na escola, onde também podiam estudar e brincar.

O importante era a terra, mas o grupo não a possuía. Os moradores da própria T.I. já a ocupavam. Com exceção daquela pessoa do grupo acampado que plantava com algum morador da T.I. que já residia ali, o grupo não podia cultivar nada. A estrutura em que o grupo se encontrava alojado era bem precária, tanto a igreja quanto o salão estavam depredados, e as famílias muitas vezes se molhavam, porque a cobertura e as janelas estavam quebradas.

O problema mais difícil era o trabalho, de modo que as famílias pudessem dar sustento aos seus filhos, mas assim mesmo as pessoas do grupo iam longe atrás de serviço. Trabalhavam para os colonos que arrendavam terras dos Kaingang ou para os parentes que disponibilizavam trabalho para as pessoas do acampamento. Esse acampamento na linha Baixada não foi diferente, pois os kanhgág também tiveram momentos difíceis quanto à subsistência para as suas famílias.

A solução para as necessidades urgentes, como comida para o grupo, era o cacique Nokanh recorrer à Funai e às entidades para conseguir alimento. tanto é que, por um bom período, foi dada assistência ao acampamento em relação à alimentação do grupo. Por outro lado, as famílias não contavam com saneamento básico, não havia água tratada ou potável. O grupo tinha que ir buscar água de poço, da vertente, para atender suas necessidades e para o preparo e cozimento dos alimentos.

Por estar em uma terra indígena, o grupo não imaginava que iria enfrentar dificuldades, mas, ao contrário, teve quase as mesmas condições de um acampamento lá na terra do Novo Xingu. Antes de se deslocarem para a T.I. Serrinha, a promessa do representante da Funai é de que as famílias teriam atenção também em relação à subsistência, mas não foi assim.

Apesar das circunstâncias, no acampamento a convivência era boa, tranquila. Quando surgia algum problema, tanto de ordem familiar ou não, era resolvido com a própria liderança do acampamento, que tinha o reconhecimento das lideranças da T.I. Serrinha. Apenas em casos graves, como separação de casais ou algum ato violento, as lideranças do acampamento pediam a intervenção da liderança do cacique da T.I. Serrinha.

O grupo permaneceu acampado na linha Baixada por um bom tempo, até que um dia, em 2008, o líder Nokanh passou o cacicado para o seu pai Lourenço Amantino por motivos particulares. O grupo não concordava com o que estava acontecendo, mas o ex-líder acabou se retirando do acampamento, por causa desse problema pessoal. Não demorou até que o grupo divergiu novamente quanto à maneira do cacique atual liderar

o acampamento. Por esse motivo, o cacique Lourenço Amantino resolveu juntar algumas famílias e ir para o lugar que estavam reivindicando.

Figura 1: Acampamento Novo Xingu



Foto: Nênká Amantino, 2013.

Assim, o cacique Lourenço reformulou um novo grupo e abandonou o restante, questão de 25 famílias, na T.I da Serrinha. O novo grupo montou acampamento próximo à terra reivindicada, no local conhecido como linha Encruzilhada, no município de Constantina.

Já as famílias que ficaram, as que foram abandonadas na T.I. Serrinha, permaneceram lá acampadas a fim de achar uma forma com que pudessem entrar atrás do grupo. Mas não foi tão logo para se resolverem. Antes, procuraram o ex-líder Nokanh, para ver sobre a possibilidade de seu retorno e para que fosse articular uma nova entrada do restante do grupo na terra indígena. Desse modo, Nokanh passou a liderar o grupo, que decidiu providenciar as condições para seguir o outro.

Foi questão de um ano no máximo, em 2009, para que o grupo abandonado se integrasse novamente ao grupo do acampamento. Assim sendo, lá se foram para a terra

em retomada. Todas as famílias chegaram no dia determinado e, conforme o seu plano, montaram acampamento ao lado, próximos ao grupo que já estava lá.

No entanto, esse grupo que já estava lá ficou bastante revoltado com aquela situação e não aceitava de jeito nenhum o restante do grupo, que havia chegado para se integrar na retomada. Não foi tão pacífico resolver aquela situação de contrariedade e desunião, pois, envolvia um problema de política interna de liderança. A Funai e o MPF de Passo Fundo intermediaram nesse sentido, mas quem tinha que definir uma liderança era o grupo todo do acampamento. Até que uma comissão de caciques resolveu unir o grupo novamente e dar continuidade à atual liderança, bem como ao processo da terra.

Acertadas e unidas novamente, as famílias começaram a se arranjar no acampamento, pois esse espaço precisou se ampliar já que o número total aumentou para 42 famílias, isso em 2010.

Com a maioria das desavenças deixadas de lado, o acampamento Novo Xingu seguiu na retomada pelo seu território que, até aquele momento, estava em fase bem adiantada do processo de retomada, que havia começado no ano de 2008, com o levantamento de dados realizado pela antropóloga Juracilda Veiga, que concluiu com parecer favorável. Seguindo ainda com o complemento da antropóloga Miriam Chagas, do MPF de Passo Fundo, que também concedeu parecer favorável ao pedido pela demarcação da terra indígena. Então foi designada pela Funai a formação de um grupo de trabalho para realizar oficialmente o estudo de identificação e delimitação da T.I.

Isso foi feito pela antropóloga Cinthia Creatini da Rocha que constatou a veracidade dos fatos e provas em seu estudo sobre a reivindicação, concluindo que se demarcasse a T.I., conforme vinha sendo requerido pelos indígenas.

As lideranças estavam sempre atentas para qualquer movimento, seja para fortalecer os argumentos pela terra, seja no enfrentamento com possíveis liminares questionando a atual ocupação. O grupo enfrentou muitas liminares de reintegração de posse, mas com o processo de retomada bem encaminhado, os kanhgág já possuíam argumentos suficientes para que a justiça lhes possibilitasse aguardar o seguimento do processo na localidade em que se encontravam acampados.

Em meio a esse transcorrer do processo, aconteceram outras divergências sobre a política interna que se repetiram com o grupo, tendo que lideranças de outras terras indígenas interferir para resolver o conflito político e de organização do acampamento.

Com a conciliação feita pela equipe de cacicado, algumas pessoas não concordaram com o modo como foi resolvido e por volta de 20 famílias se retiraram do

acampamento. Com esse ocorrido, o grupo diminuiu bastante, mas não o suficiente para que desistisse de seu objetivo.

O kanhgág Gakóg, jovem que iniciou a luta de retomada desde o início, lá no ano de 2005, diz que apesar de todas as divergências políticas constantes que ocorrem no acampamento, dos vários enfrentamentos com a justiça, por causa de liminares e, agora, pela Funai se negar a demarcar a terra pela qual lutam, tais fatos o estimulam ainda mais para resistir, persistir na luta, porque essa resistência se baseia na sua relação com a terra, por ser neto da geração que nasceu e se criou nessa terra. Gakóg relembra que morou embaixo de barraco de lona, que em época de verão era muito quente e que no inverno era muito frio, precisando que ser muito forte para aguentar.

As condições de alojamento no acampamento não eram fáceis, eram situações sofridas, dolorosas como na questão da saúde das famílias, diz o cacique Lourenço. Diferente de hoje, que se encontram em condições estruturais mais dignas, em casinhas de madeira, um kit de moradia fornecido pela Funai, contando também com uma escola com as séries iniciais e um espaço de saúde.

Destaca-se a importantíssima participação da kanhgág Martina Lopes Amantino, que por ser uma funcionária pública aposentada da Funai, foi quem praticamente deu condições financeiras ao movimento de retomada em todos os sentidos, tanto na alimentação quanto no provimento das condições de estadia das famílias nos locais de acampamento. Também foi ela quem comprou, por intermédio de um não indígena, o terreno desse último acampamento, local onde o grupo permanece até hoje.

Enfim, nesse longo movimento do acampamento kaingang de Novo Xingu, famílias foram e voltaram, desde o início do processo de retomada, constantes fatos e situações aconteceram. O processo foi sofrendo transformações com mudanças durante todo o tempo: seja pelo número de famílias que se reduziu por divergências políticas internas, seja pelos enfrentamentos que aconteceram e que ainda hão de vir com os colonos, atingidos pelo processo da terra, como também com a justiça. No entanto, os Kaingang do acampamento de Novo Xingu permanecem e persistem na luta pelo seu território.

Considerações finais

A conjuntura política do país está atualmente desfavorável às questões dos povos indígenas. Está sendo uma das piores fases dos últimos tempos quanto à reivindicação de demarcação de território indígena, desde as suas especificidades, a sua cultura, a sua própria organização social.

O sistema político atual vem ignorando os direitos da população indígena, garantidos na Constituição Federal. Tal sistema político que vinha se articulando desde muito tempo, aproveita a situação de vulnerabilidade da população brasileira, com anseio de mudança e de um país livre da corrupção, e implanta o seu projeto de desmonte da estrutura política dos direitos constitucionais adquiridos há longa data com muita luta dos povos indígenas.

Esse sistema se aliou a grandes empresários, latifundiários e aprimorou o avanço do agronegócio, fortalecido pela a mídia. Através da aliança com o agronegócio e com evangélicos, sobe ao poder um presidente de descendência militar para implantar um sistema de aniquilação de direitos, tendo como alvo, principalmente, a população indígena.

Os povos indígenas vêm sendo atacados por todos os lados, inclusive pela FUNAI, órgão que deveria defender e proteger os seus interesses, mas não o faz. O presidente dessa instituição, contrário aos povos indígenas, busca atender e satisfazer aos interesses políticos do agronegócio.

Nesse desmonte está a própria instituição, que fez trocas de profissionais de carreira por outras pessoas sem qualificação para atender aos interesses políticos da bancada ruralista e do governo Bolsonaro, juntamente com o Ministério da Justiça, que trabalha pelo travamento dos processos demarcatórios de terras indígenas no país.

Desde a campanha para a eleição presidencial, em 2018, o governo vem mantendo esta postura de ataque e desmanche dos direitos à demarcação dos territórios indígenas, em conjunto com vários setores da política. Sendo a presidência a orquestrar todo esse sistema de aniquilamento e genocídio dos povos indígenas e da sua cultura.

Os povos indígenas estão na luta pelas demarcações de seus territórios embasados na lei maior que é a Constituição Federal e de tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT, o Estatuto do Índio, a Declaração Universal da ONU, além de outros dispositivos legais que asseguram a continuidade às demarcações dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas.

Na defesa de seus territórios, estão na luta vários acampamentos indígenas kaingang do Rio Grande do Sul, que se encontram em fases diferentes de processo de

demarcação. São terras, como por exemplo: Kandóia e Fág Ty Ka (Mato Castelhana) que estão identificadas, mas sendo questionadas; Pontão, que teve sua reivindicação temporariamente cessada pelos próprios Kaingang; outras terras que estão sendo retomadas recentemente, como a T.I Re Kaju (Campo do Meio), ainda sem previsão de estudos para identificação. Já o acampamento de Forquilha, no município de Sananduva, sendo questionado na justiça e o do Aeroporto, no município de Passo Fundo, que está em um processo diferente. Também estão nessa luta os acampamentos de Carazinho, em Carazinho, e de Lajeado do Bugre que se encontram em fase de identificação para futuro reconhecimento. Além dos acampamentos: Borboleta, Morro do Osso, Santa Maria, Farroupilha, São Leopoldo, Lajeado, Lomba do Pinheiro, Morro Santana, todos na região da grande Porto Alegre e que estão em processos diferentes de reconhecimento territorial.

Esses dados são apenas em nível estadual, porém no país todo existem inúmeras Terras Indígenas que lutam para defender a existência de seu povo originário e preservar seu direito à cultura e à organização própria e tradicional.

O cancelamento das demarcações deixa claro o desejo do governo de exploração dessas terras, pois para ele, essas terras poderiam estar nas mãos de grandes fazendeiros, grileiros e garimpeiros gerando lucro.

Enfim, apesar das contrariedades, dos desmanches de direitos, do sistema de governo tentando destruir os povos nativos desta terra, os povos indígenas seguem na resistência para que sejam resguardados os direitos tradicionais aos seus territórios.